

PANORAMA POLÍTICO



TEREZA CRUVINEL • de Brasília

A flor do mal

• Analistas de dentro e de fora do Governo identificam o intenso envolvimento do presidente Fernando Henrique com a política parlamentar como um fator de erosão de sua popularidade. O povo não gosta muito disso, a que chama de politicagem. Ao arbitrar hoje a divergência entre seus aliados sobre a conveniência de se convocar ou não o Congresso em julho, possivelmente ele levará em conta este ponto de vista, que já lhe foi apresentado.

Em algumas conversas, Fernando Henrique já admitiu isso. Jogar-se nas negociações para aprovar as reformas foi inevitável, mas com isso ele passou a ser visto como um presidente que gasta três quintos de seu tempo perseguindo três quintos de votos no Congresso.

Desde a crise provocada pelas denúncias sobre a compra de votos para a reeleição circula o discurso de que o presidente agora quer se livrar da lógica dos três quintos que o aprisionou num interminável embate com partidos e políticos. Mas a prática do Governo não confirma isso, e o empenho das elites do Congresso parece ter sentido contrário. O de mantê-lo arrastando essa pesada canga.

Olhando objetivamente a situação, pior seria se o Governo resolvesse, de uma hora para outra, lavar as mãos e renege as reformas. Mas todos os movimentos parecem conduzir à prolongação da agonia, no que pese a insistência do PSDB em encerrar o esforço pelas reformas no fim de agos-

to. A saída mais racional, apesar das dúvidas jurídicas, seria parar tudo erguendo a bandeira do Congresso revisor. Mas o presidente se juntou ao PFL para descartar a proposta, antes mesmo de qualquer esbarão no STF.

Outro exemplo de movimento para manter a exigência de maioria qualificada: o relator da LDO, Sarney Filho, propõe manter para 1998 os mesmos gastos de 1997 com saúde. A proposta é simpática e está sendo muito bem aceita, mas como a CPMF só vale para este ano, teria que ser prorrogada. E para isso seriam necessários novamente os três quintos de votos.

Convocar o Congresso para trabalhar em julho, com alto custo financeiro, o risco de que nada seja votado e o rumor de que os deputados precisam do salário extra para sair do vermelho já é uma temeridade. E não serve para encurtar a era dos três quintos. Priva o presidente de um período de 30 dias em que se dedicaria a governar, não a negociar. Ele decidirá hoje.